

A GÊNESE DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E A MAZELA DO ANALFABETISMO

The Genesis of the Expansion of School Education and the Badness of Illiteracy

Rossiline Lunar Ferreira Lima*

Resumo: Este texto propõe ampliar a discussão acerca da expansão da educação institucional legalizada e a sua finalidade de alfabetizar toda a população. Utilizou-se o indicador educacional Alfabetização para corroborar ou refutar se esta finalidade foi atingida. O objetivo é advertir se existe a necessidade de criar Políticas Públicas e Sociais para reduzir a desigualdade educacional no país. Prevaleceu-se do método científico, de diversos procedimentos metodológicos, de uma observação participante e a abordagem de análise foi qualitativa. Conclui-se que existe a necessidade de criar Políticas Públicas e Sociais devido a comprovação da ocorrência de analfabetismo no país.

Palavras-chave: Expansão da educação, analfabetismo, desigualdade.

Abstract: This text proposes to broaden the discussion about the expansion of legalized institutional education and its purpose to make the entire population literate. The Literacy educational indicator was used to corroborate or refute whether this purpose was achieved. The objective is to warn if there is a need to create Public and Social Policies to reduce educational inequality in the country. The scientific method, several methodological procedures, participant observation were used, and the analysis approach was qualitative. It is concluded that there is a need to create Public and Social Policy due to proof of the occurrence of illiteracy in the country.

Introdução

Este texto propõe ampliar a discussão acerca da expansão da educação institucional legalizada e a sua finalidade de alfabetizar a população. A gênese da educação institucional legal é vista com a promulgação da Primeira Constituição Brasileira (1824) e a sua regulamentação com a Lei de 15 de outubro de 1827. Quanto a sua finalidade de alfabetizar a população se pretende apresentar o indicador educacional Alfabetização para corroborar ou refutar se esta foi atingida.

Utilizou-se de Indicadores educacionais por retratarem “o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país [e] abranger a temática resultados escolares” (SIMÕES; FRESNEDA, 2016, 9 p., *acrécimo nosso*) que se mostram alinhados com o proposto no texto.

A taxa alfabetização como um dos principais indicadores educacionais

* Licenciado em Geografia (UFF) com Especialização em História do Brasil (UCAM) e em Gestão Pública Municipal (UFF). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/5722668840702753. E-mail: rlunar@id.uff.br. Este artigo se deu como parte integrante do Curso de Extensão Universitária Desigualdades Escolares e Atuação Docente que foi desenvolvido no escopo do projeto Estratificação da Educação Básica Brasileira: Uma Abordagem Multidimensional, que conta com financiamento do CNPq.

Keywords: Expansion of education; illiteracy; inequality.

brasileiros servirá de base aos estudos acerca de desigualdade educacional na população do país, com especial atenção a desigualdade que ocorre devido às características étnico-raciais. Utilizar-se-á da variável índice de analfabetismo aliando-o aos fatores percentual de abandono escolar e percentual de estudantes fora da idade certa para discorrer acerca de desigualdade.

Cavalcante (2020, 7 p.) escreveu que “é crescente o consenso dentro de governos e na academia que a desigualdade de renda é um dos principais problemas a ser enfrentado nos dias atuais”, um dos principais e não o único.

Campello & Gentili (2017) propõem uma reflexão multidimensional e relacional acerca de desigualdade. Percebe-se, assim, que envolve diversos vetores e suas relações na sociedade. Além do vetor econômico, se tem o de educação, de saúde, de moradia, de segurança e outros. Nosso foco será o vetor Educação.

O objetivo é advertir se existe a necessidade de criar Políticas Públicas e Sociais (PPS) para reduzir as desigualdades educacionais no país. Neste texto se fez uso de diversas e múltiplas leituras bibliográficas, fontes de dados, a participação em curso de extensão universitária e uma abordagem de análise qualitativa.

Referencial Teórico

A educação nos moldes escolares atuais do Brasil teve início com a colonização portuguesa, porém, sua insti-

tucionalização legal se deu apenas no período imperial com a promulgação da primeira Constituição Imperial Brasileira de 1824 – CIB/1824 – e a sua regulamentação ocorreu com a Lei de 15 de outubro de 1827.

Elacqua *et al.* (2018), com base nos dados de Barro e Lee (2013), apresentaram um desenvolvimento mais acelerado no Ensino Fundamental a partir do século XIX. A expansão do sistema de ensino aumentou o número das matrículas, das escolas, dos turnos escolares e a procura pela profissão docente. Comprova-se assim a sintonia com a afirmativa na CIB/1824 e com a lei regulamentadora.

Nogueira & Nogueira (2002) nos trouxeram a informação de que a escolarização, até meados do século XX, era vista como um papel central no processo de superação do atraso econômico. Neste sentido surgiram diversas teorias educacionais, entre elas se destaca a do Capital Humano de Theodore Schultz (década de 60) que colocou na interpretação brasileira a educação como o fator de desenvolvimento econômico.

Cavalcante (2020) ao analisar os dados da pesquisa sobre a pobreza e a desigualdade comprovou que no século XXI os “setores do topo da sociedade brasileira [*elite nacional*] tendem a depositar as fichas nos investimentos em educação” (Ibidem, 10 p., *acréscimo nosso*) no âmbito das soluções para o desenvolvimento econômico. Ampliando para o século XXI o que foi informado por Nogueira & Nogueira (2002). Comprovou-se assim a preocupação com o vetor Educação como possibilidade ao desenvolvimento.

O primeiro processo para se ter uma evolução educacional está na alfabetização, sendo que “uma pessoa deve ser considerada alfabetizada quando é capaz de ler e escrever um trecho simples relativo ao seu dia a dia de forma compreensível” (SIMÕES; FRESNEDA, 2016, p. 13). A pessoa que não atingir esta condição será considerada analfabeta.

A Lei 13.005/2014 ao ser sancionada aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014 a 2024 e gerou as bases para às PPS educacionais. Uma das diretrizes do PNE é a “erradicação do analfabetismo” (Art. 2, Inciso I). O que demonstra que a preocupação dos governos atuais e a do Império se alinham.

Castro (2009) apresentou estudos que comprovam a ocorrência de pessoas analfabetas no país no início do século XXI. Atualizando os dados deste autor se tem que no ano de 2018 o índice de analfabetismo no Brasil era de 8% (IPM, 2018) e para o ano de 2019 se tem 6,6% (IBGE, 2020). Ou seja, o Brasil com sete constituições promulgadas e quase duzentos anos depois da primeira lei regulamentadora da educação ainda NÃO é um país alfabetizado, haja vista que possui mais de quatorze milhões de pessoas analfabetas, número maior do que a população de diversos países mundiais, tais como: Portugal, Suíça, Noruega e outros.

Procedimentos metodológicos

Utilizou-se o método científico por lidarmos com fatos e dados, poder ser refutado ou corroborado, estar sistematizado, ser verificado e flexível. Os procedimentos metodológicos se deram com uma pesquisa de natureza prática, com objetivos descritivos, o procedimento técnico foi bibliográfico e a coleta de dados se deu de fontes primárias e secundárias. Também se tem uma participação observante em curso de extensão universitário que abrangeu diversas linhas de pesquisa e de estudos. A abordagem de análise foi qualitativa.

Os dados utilizados se referem a faixa etária de 15 anos ou mais devido ser a idade certa para ter concluído o Ensino Fundamental. Conforme a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96) se tem que:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante [...] O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e do cálculo. (Art. 32, Inciso I)

Seguindo Simões & Fresneda (2016) acerca do que pode ser visto por pessoas alfabetizadas, tem-se em consonância com a LDB/96 que ao término do EF os estudantes estarão alfabetizados. Utilizou-se, então, a variável analfabetismo, mais especificamente o índice de analfabetismo para representar o percentual de pessoas a partir de 15 anos de idade que NÃO correspondem ao grupo dos alfabetizados. Aliou-se a esta variável os fatores percentuais de abandono escolar e de matrículas na modalidade EJA, esta última que demonstra o percentual de estudantes que não concluíram o EF na idade certa.

O PNE faz parte do conjunto de ações e planejamentos políticos, sendo, então, parte de PPS e tem a finalidade como peça técnica de referência à ação do Estado. No PNE-2014/2024 foram estabelecidas 20 metas e os seus *feedbacks*, monitoramentos, acompanhamentos e as avaliações apresentam subsídios para o aprimoramento e mesmo a criação de PPS. Para argumentar acerca do PNE se buscou a meta que estipulou “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. “(PNE, Meta 9)

Nesta meta se tem pontos básicos discorridos neste texto, sendo a verificação da superação do analfabetismo a mola propulsora para o fim da desigualdade educacional.

Análise e Discussão

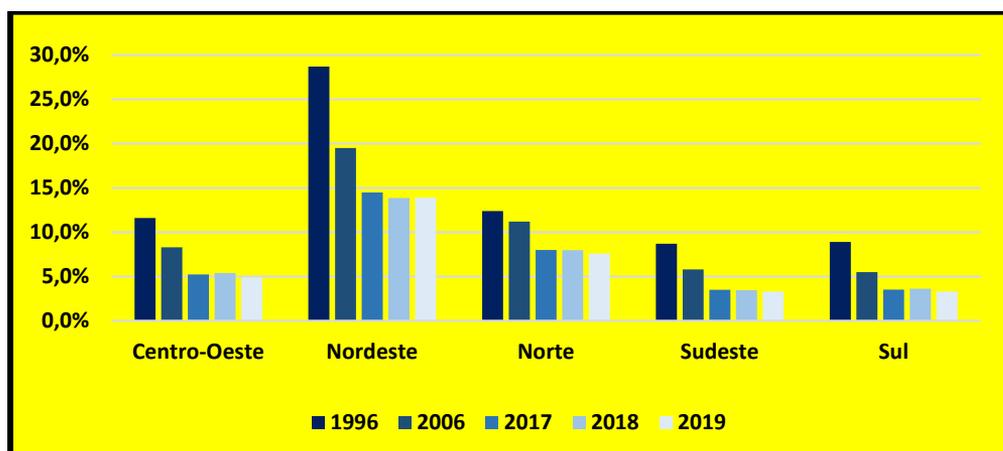
Na CIB/1824 se tem a educação ‘como direito a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos’ (Art. 179, Inciso XXXII). Se por um lado a instrução primária era gratuita por outro não se direcionou a todos, haja vista que neste período ocorria a escravidão de povos negros africanos instalado no país e, conseqüentemente, os não-cidadãos, escravos.

A lei regulamentadora descrevia que “em todas as cidades, villas e logares *mais populosos*, haverão escolas de primeiras letras que forem *necessárias*” (Art. 1º, *grifo nosso*). A instalação ficaria condicionada a lugares de alta densidade demográfica (não eram contabilizados os escravos) e a partir das relações do Poder local com o Império.

Tem-se, então, que a expansão da educação se mostrou inicialmente como paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que se expandia aumentava a desigualdade no país e não atingia a sua finalidade de alfabetizar toda a população.

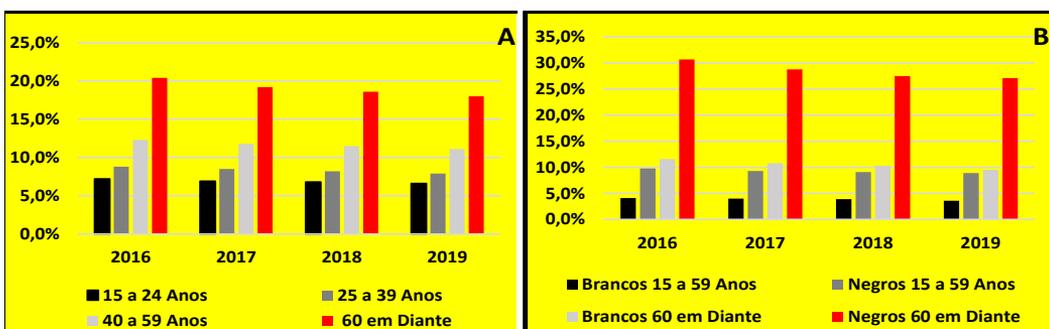
Atualizando dados de Castro (2009) se tem a permanência do analfabetismo (G. 1) por todo o país.

Gráfico 1 – Analfabetismo nas Regiões Brasileiras – Faixa Etária de 15 anos ou Mais



Fonte: IBGE, 2020; TPE, 2013 (adaptados)

Observou-se neste gráfico uma queda no analfabetismo, no entanto, ele persiste e com maior força no NE brasileiro o que eleva a necessidade de PPS regionais mais concentradas. Os índices de analfabetismo são também maiores nas pessoas de mais idades (G. 2-A) e na população negra (G. 2-B), formada por pretos e pardos.

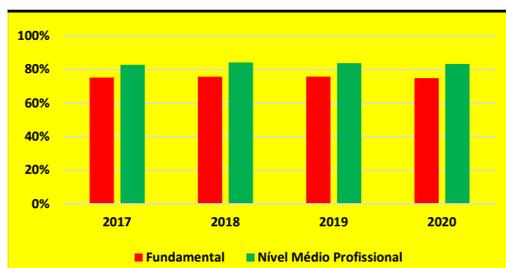
Gráfico 2 – Taxa de Analfabetismo no Brasil: Por Faixa Etária (A) e Étnico-Racial (B)


Fonte: IBGE, 2017; 2020 (adaptados)

O analfabetismo no Brasil está diretamente relacionado à idade e às características étnico-raciais da população. Entre o grupo de 60 anos em diante se mostra como resíduo de um percurso de baixa escolarização e sua redução pode estar ocorrendo devido ao falecimento e não a busca por educação escolar. Na comparação entre a população negra e os brancos há a revelação de enorme desigualdade estrutural, pois, como observado a educação escolar desde a sua implantação não foi direcionada para todos.

Outros dados se relacionam diretamente ao analfabetismo da população negra, entre eles se destacam: o abandono escolar e a falta de escolarização na idade certa. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – demonstrou que no ano de 2018 mais de dez milhões de estudantes abandonaram a escola, deste volume 71,7% foram da população negra (IBGE, 2020). Do total de abandono escolar 16,6% estavam nos anos finais do EF. A necessidade de trabalhar foi o motivo mais alegado para o abandono escolar (Ibidem).

Quanto a idade certa de conclusão do EF se tem nos Censos da Educação Básica brasileira (G. 3) disponibilizada a informação da predominância de matrículas da população negra na EJA, ou seja, enorme percentual de estudantes da população negra fora da idade certa.

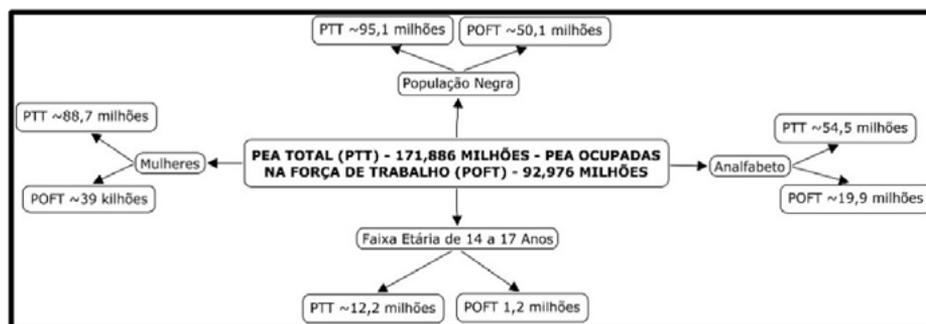
Gráfico 3 – Participação da População Negra na EJA


Fonte: BRASIL, 2017 a 2020 (adaptado)

Os dados demonstram que a grande participação da população negra na EJA fundamental é o reflexo da falta de alfabetização na idade certa. A busca pela EJA em nível médio profissional se dá com a necessidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, sendo que o último pode ser visto como prioridade.

Conforme os dados do IBGE (2021) se tem (Fig. 1) que a população economicamente ativa – PEA (pessoas de 14 anos ou mais) representa ~171,9 milhões em seu total e ~92,9 milhões dessas pessoas estão ocupadas na força de trabalho, do qual se pode inferir que:

Figura 1 – Recorte da População Economicamente Ativa – PEA – no Brasil



Fonte: IBGE, 2021 (elaboração do autor)

Há o maior número de mulheres no total da PEA, porém, um menor na força de trabalho ocupada e a população negra concentra o maior número tanto no total da PEA quanto na força de trabalho ocupada. Ocorre na PEA um enorme número de analfabetos (sem instrução e EF incompleto) e de pessoas na faixa etária de 14 a 17 anos. Os últimos grupos demonstram uma prévia de um futuro de desigualdade ao país.

Observação Participante

O Curso de Extensão Universitária Desigualdades Escolares e Atuação Docente foi realizado em convênio com diversas instituições de educação. Os membros possuem diversas titulações ou estão cursando o Ensino Superior (ES) ou a Pós Graduação, abrangem diversas linhas de pesquisas, alguns são docentes do ES, outros da Educação Básica. Também tinha quem buscava ampliar conhecimentos (meu caso em particular).

O maior número de cursista era de mulheres e da população negra. Entre os organizadores, o número de mulheres também era maior, porém, o da população negra era menor. Corroborando a conquista das mulheres na docência e a busca

da população negra para ampliar o seu capital cultural ao mesmo tempo em que comprova a desigualdade das características étnico-raciais. A realização se deu nos meses de agosto e setembro de 2021. Ocorreram um total de dez encontros nas segundas (02.08.21 abertura) e nas quartas-feiras (01.09.21 encerramento) no período entre 18:00 e 20:00h no formato interativo *online* com a abordagem nas leituras indicadas, outras orientadas, questionamentos e discursos.

O curso de extensão universitária teve como pontos fortes a assertiva acerca da expansão do ensino escolar, a feminilização e feminização do magistério como conquista das mulheres, a desigualdade educacional na população devido a fatores estruturais e conjunturais, discutiu a origem dos estudantes como fator de influência na educação escolar, observou a territorialidade e a geografia das oportunidades que tendem a favorecer ou ser a causa de empecilho na educação escolar, a remuneração dos professores, o enorme debate que é tratar de currículo, indicadores educacionais, fonte de dados etc.

A contribuição do curso para este texto está relacionada ao discurso sobre a origem dos estudantes. A origem influencia diretamente na internalização cultural e na formação de seus *habitus*. Nogueira & Nogueira (2002), ao fazer estudos de Pierre Bourdieu, nos fizeram perceber o porquê de a escola não poder ser homogênea, afinal, cada sujeito possui seus *habitus*, sejam os de seus grupos, sejam os individuais.

A origem dos estudantes pode ter influência na e com a educação escolar, haja vista que a maior ou menor internalização cultural tende a influenciar diretamente no processo cognitivo. A Lei 12.976/13 alterou o Artigo da Lei 9.394/96 (LDB) e reduziu a idade de entrada na escola para os 4 anos de idade na Educação Infantil – EI. A LDB/96 passou a ser redigida com a determinação de que “a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (LDB, Art. 4). A finalidade foi garantir na educação infantil o “desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (ibidem, Art. 29).

Percebe-se que esta lei tendeu a influenciar a origem dos educandos com a oportunidade de inserção antecipada dos mesmos no ambiente escolar. Portanto, esta pode ser vista como uma forma de ampliar a internalização da cultura, pois, os educandos passariam mais tempo nas escolas. Na LDB/96 se tem que cabe aos municípios “oferecer a Educação Infantil [*porém*] com prioridade o ensino fundamental” (Art. 11, Inciso V, *acréscimo nosso*). Oferecer a ‘EI’ não é o mesmo que com prioridade ou obrigatoriedade.

Considerações finais

O objetivo era advertir se existe a necessidade de criar PPS para reduzir a desigualdade educacional no país. Concluiu-se que existe a necessidade de criar PPS devido a comprovação da ocorrência de analfabetismo no país. Corroborou a esta afirmação o indicador educacional Alfabetização a partir da variável índice de analfabetismo e dos fatores percentuais de abandono escolar e de estudantes fora da idade certa.

Quanto aos pontos positivos se pode inferir que ocorreu uma redução no analfabetismo. Quanto aos pontos negativos se tem que a mazela se mantém elevada por todo o país, principalmente, na Região NE – segunda maior população entre as Regiões Administrativas – e na população negra – maior representação populacional brasileira.

Este trabalho demonstrou que ao criar PPS para reduzir o analfabetismo elas devem ser universalistas, porém, devem ter um foco mais forte no NE brasileiro e para a população negra. O primeiro apresenta uma enorme mazela educacional em relação as demais Regiões e o segundo além desta mazela tem os maiores percentuais de abandono escolar e de matrículas de estudantes fora da idade certa.

As PPS precisam, ao nosso entender, atingir também as famílias dos estudantes, sendo que uma das propostas é atrair a família nuclear e a família estendida dos estudantes para a escola com a elaboração de cursos e atividades comunitárias. A finalidade é aproximar a comunidade do complexo escolar e de possibilitar a ampliação do capital cultural dos responsáveis/pais dos estudantes e, à medida do possível, o capital econômico e evitar o futuro de desigualdade ainda maior tal qual se apresentou com a PEA.

O PNE é uma iniciativa do Governo Federal que se mostrou inadequada, ao menos por sua meta '9', pois não atingiu a sua finalidade. Os motivos que corroboraram para que esta meta não fosse atingida podem servir de estudos para o próximo PNE 2025 – 2035. Como sugestão se tem que não pode ocorrer de forma impositiva, que precisam ser revisitadas as escolas do país que oferecem a EI e o EF, que a condição de renda dos estudantes e de seus familiares esteja em sintonia com a proposta e que o pacto federalista saia do papel.

O conjunto de temas percorridos no curso de extensão se mostraram como sugestões para estudos e pesquisas futuras. Todos eles se alinham com a perspectiva de buscas para, por fim, a desigualdade e ao senso comum que se tem acerca do complexo educacional e suas nuances, entre eles a remuneração do corpo docente.

Um tema que precisa ser visitado é o Analfabetismo Funcional (AF), este que foi identificado durante a pesquisa para este texto. O AF foi encontrado em todos os níveis de ensino, porém, não tratamos dele por ultrapassar o que foi proposto.

O que foi percorrido quanto ao vetor Educação, suas variáveis, seus fatores e as sugestões, não se encerram neste texto e, mediante ajustes, como a inserção de características socioeconômicas, podem servir de base para pesquisas e estudos para avançar na análise de distribuição social da escolaridade e na estratificação das etapas de ensino no Brasil, além de proporcionar mudanças ao *status quo* a toda a sociedade.

Referências

- BRASIL. **Censo da Educação Básica – 2017, 2018, 2019 e 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 09 set. 21.
- CAMPELO, Tereza; GENTILI, Pablo. As Múltiplas Faces da Desigualdade. In: CAMPELO, Tereza (Coord.). **Faces da Desigualdade no Brasil: Um Olhar Sobre os Que Ficam Para Trás**. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2017. p. 10-15.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. **Centro de Estudos Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 21.
- CAVALCANTE, Pedro. **A Questão da Desigualdade no Brasil: Como Estamos, Como a População Pensa e o Que Precisamos Fazer**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto Para Discussão.
- ELACQUA, Gregory *et al.* **Profissão Professor na América Latina: Por que a Docência Perdeu Prestígio e Como Recuperá-lo?** Nova Iorque: BID, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC: Educação, 2017 e 2020**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 05 ago. 21.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral: Terceiro Trimestre de 2021**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4094#resultado>. Acesso em: 01 dez. 21.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO – IPM. **Indicadores de Analfabetismo Funcional – 2018**. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 06 set. 21.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA Cláudio M. M. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 78, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXy5y7mFRqRjX7m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 21.
- SIMÕES, André; FRESNEDA, Betina (Orgs.). **Panorama Nacional e Internacional de Produção de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Estudos e Análises, Informação Demográfica e socioeconômica, v. 5.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO – TPE. **Anuário da Brasileiro da Educação Básica – 2013**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496112>. Acesso em: 09 ago. 21.

Legislação Utilizada

Constituição Brasileira de 1824. Brasília: Senado Federal, 2012. Coleção Constituições Brasileiras, v. 1. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 04 set. 21.

Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 04 set. 21.

Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. LDB. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2388>. Acesso em: 09 set. 21.

Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348. Acesso em: 04 set. 21.

Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 04 set. 21.